

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE

**A COMPREENSÃO DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I
SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR**

THAMYRES ALEXANDRA DA SILVA

FELIPE PEREIRA DA CRUZ

ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE

MARIA VALÉRIA DE OLIVEIRA CORREIA MAGALHÃES

RECIFE 2021

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE

**A COMPREENSÃO DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I
SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca de avaliação como
pré-requisito para Conclusão de Curso da
Graduação em Psicologia

Discente: Thamyres Alexandra da Silva Discente: Felipe Pereira da Cruz
Orientadora: Isabelle Diniz Cerqueira Leite Coorientadora: Maria Valéria de
Oliveira Correia Magalhães

RECIFE 2021

RESUMO

Cenário: O ingresso na escola é um período fundamental para toda criança, quando são experienciadas transformações emocionais e subjetivas refletidas a partir do contexto familiar em que a criança está inserida. As vivências familiares têm a capacidade de alterar profundamente o desenvolvimento das crianças, principalmente daquelas que estão presenciando o contexto de separação dos genitores e, por vezes, quando estão sendo vítimas de alienação parental. Nesse ponto, indagações sobre como será o desenvolvimento social e rendimento escolar da criança que está vivenciando a alienação parental são comuns diante da importância de sua nova condição. O professor, então, tem de conhecer o que é alienação parental e suas consequências, para lidar com essas repercussões dentro da sala de aula, a fim de elaborar formas e achar soluções, existindo a necessidade de um olhar diferenciado para criar um ambiente afetivo para o bom desenvolvimento educacional do aluno, diante das novas exigências sociais de sua nova conjuntura familiar. Nesse sentido, o professor, em sua posição de referência educacional da criança, pode ser um auxiliar para encontrar profissionais especializados em alienação parental, com o intuito de resolver a temática em questão. **Objetivo:** Este estudo teve o objetivo de explorar como a alienação parental é compreendida por professores do ensino Fundamental I no contexto escolar, identificando se o professor percebe os efeitos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de estudo de caso, com professoras do Ensino Fundamental I de uma escola particular da Região Metropolitana do Recife. Os dados foram construídos através de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma online, por meio de uma plataforma digital de fácil acesso. **Considerações Éticas:** O

estudo seguiu os princípios éticos conforme a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FPS através do CAAE nº 43045321.0.0000.5569, sendo iniciado apenas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes, para as quais foram garantidos o sigilo e anonimato. **Resultados e Discussão:** Foram identificadas as seguintes categorias: a) pouco conhecimento sobre alienação parental e SAP; b) não participação na resolução do problema; c) efeitos percebidos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e no rendimento escolar. As professoras que participaram das entrevistas apresentaram algum conhecimento sobre a alienação parental, indicando que sabem do que se trata a problemática. No entanto, quando indagadas se sabem o que é a Síndrome da Alienação Parental (SAP), as professoras alegaram não conhecer esse conceito. Disso decorre a confusão que elas fazem da SAP com outras condições ou situações vivenciadas pelos alunos, bem como o fato de elas não se sentirem competentes para agir na prevenção ou solução do problema junto às famílias, nem para identificar os efeitos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar. Esses resultados sugerem a necessidade de tais professoras receberem capacitação sobre a alienação parental, a SAP e suas consequências para o desenvolvimento e rendimento escolar dos alunos. Sugere-se que estudos mais amplos sobre essa temática sejam desenvolvidos em um número significativo de escolas para uma compreensão mais global da problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação parental; Criança; Escola; Ensino fundamental; Professores.

ABSTRACT

Scenario: Starting school is a fundamental period for every child, when emotional and subjective transformations are experienced and reflected on the family context in which the child is inserted. Family experiences have the capacity to deeply change children's development, especially those who are witnessing the context of parental separation and, sometimes, when they are victims of parental alienation. At this point, questions about how will be the social development and school performance of the child who is experiencing parental alienation are common in face of the importance of their new condition. The teacher, then, has to know what parental alienation is and its consequences, in order to deal with these repercussions in the classroom, in order to elaborate ways and find solutions, there being the need for a differentiated look to create an affectionate environment for the good educational development of the student, in face of the new social demands of his new family situation. In this sense, the teacher, in his position as the child's educational reference, can help find professionals specialized in parental alienation, in order to solve the issue in question. **Objective:** This study aimed to explore how parental alienation is understood by Elementary I school teachers in the school context, identifying whether the teacher perceives the effects of parental alienation on the student's development and on his/her school performance. **Method:** This was a qualitative research, by means of a case study, with female elementary school teachers from a private school in the Metropolitan Region of Recife. Data were constructed through semistructured interviews, conducted online, through an easily accessible digital platform. **Ethical Considerations:** The study followed the ethical principles according to resolution

510/16 of the National Health Council, and was approved by the Research Ethics Committee of FPS through CAAE no. 43045321.0.0000.5569, being initiated only after

the signature of the Free and Informed Consent Form (TCLE) by the participants, for whom confidentiality and anonymity were guaranteed. Results and Discussion: The following categories were identified: a) little knowledge about parental alienation and SAP; b) no participation in solving the problem; c) perceived effects of parental alienation on student development and school performance. The female teachers who participated in the interviews showed some knowledge about parental alienation, indicating that they know what the problem is about. However, when asked if they know what the Parental Alienation Syndrome (SAP) is, the teachers claimed not to know this concept. This explains their confusion of the SAP with other conditions or situations experienced by the students, as well as the fact that they do not feel competent to act in the prevention or solution of the problem with the families, nor to identify the effects of parental alienation in the student's development and school performance. These results suggest the need for these teachers to receive training on parental alienation, SAP, and its consequences for the development and school performance of students. It is suggested that broader studies on this theme be developed in a significant number of schools for a more global understanding of the problem.

KEY WORDS: Parental Alienation; Child; School; Elementary School; Teachers.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. 17	
3.1. Geral	14
3.2. Específicos	14
3. Erro! Indicador não definido.	
3.1 Erro! Indicador não definido.	
3.2 Local do Estudo	16
3.3 Período do Estudo	16
3.4 Erro! Indicador não definido.	
3.5 Amostra	16
3.6 Critérios de Elegibilidade	16
3.7 Coletas de Dados	16
3.8 Erro! Indicador não definido.	
3.9 Processamento e Análise de Dados	18
3.10 Análises de Riscos e Benefícios para os Sujeitos das Pesquisas	19
3.11 Erro! Indicador não definido. 3.12 Erro! Indicador não definido.	
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE 1: Carta de anuência	38
APÊNDICE 2: Questionário sociodemográfico	39
APÊNDICE 3: Roteiro para entrevista	40
APÊNDICE 4: TCLE	42
ANEXO 1: CEP	46
ANEXO 2: Normas e orientações para submissão do artigo	51

1. INTRODUÇÃO

A psicologia do desenvolvimento é um ramo da psicologia que tem como base o estudo científico das mudanças ocorrentes com o ser humano durante a sua vida, com o objetivo de compreender os principais processos de desenvolvimento humano do período pré-natal até a morte. Portanto, há uma compreensão da continuidade das mudanças biopsicossociais e suas repercussões ao longo do ciclo vital. Assim, o ciclo vital se caracteriza por elucidar que o desenvolvimento do ser dura por toda vida, e cada fase é influenciada pelo que lhe antecede e pelo que sucede. Preconiza-se que cada época tem sua relevância, características e concepções exclusivas.¹

A faixa etária da primeira infância é definida do nascimento aos 3 anos de idade, quando o cérebro da criança é moldado a partir das experiências vivenciadas no ambiente em que está inserido, e esse processo é definido pela plasticidade. Portanto, o cuidado, o afeto, as interações com os adultos, as brincadeiras e os estímulos certos na primeira infância podem ajudar o cérebro a desenvolver seu potencial máximo.²

Na criança com idade dos 3 aos 6 anos, a memória e a linguagem se aperfeiçoam, e em relação ao desenvolvimento psicossocial há um aumento da independência, do autocontrole e dos cuidados consigo mesmo. Nesse ponto a família ainda é o foco da vida social, mas as outras crianças tornam-se cada vez mais importantes.²

Dos 6 aos 12 anos há um processo de mudança, resultando nas crianças uma maior procura por identificações sociais. Nessa etapa do desenvolvimento humano acontecem diversas transformações no âmbito do desenvolvimento psicossocial, sucedendo um maior interesse nas relações da criança com o outro, quando os amigos assumem importância central. Com isso, as habilidades de memória e linguagem aumentam, o que permite que as crianças se beneficiem

com a educação escolar. As obtenções adquiridas nessa fase são de extrema importância para a criança, bem como em todo o seu percurso de desenvolvimento.²

Segundo Piaget, em torno dos 7 anos, a criança se encontra no estágio operatório concreto, e nessa fase predomina um melhor entendimento dos conceitos espaciais, de causalidade, de categorização, do raciocínio indutivo e dedutivo, da conservação e números.^{2,3}

Um aspecto importante do desenvolvimento nessa fase refere-se ao processo de socialização da criança. De acordo com Berger e Luckmann, é a socialização secundária - que sucede à que ocorre no seio da família é quando a criança é inserida em novos âmbitos da sociedade, como o espaço escolar - que lhe permite vivenciar experiências centrais que lhe propiciam a oportunidade de novas descobertas e a aquisição de novos conhecimentos. Assim, o espaço escolar permite à criança participar de programas e escolhas que irão contribuir para o seu desenvolvimento social, bem como auxilia o seu crescimento como cidadão, por esse ser um lugar de múltiplas escolhas, de novidades, e vários acontecimentos. A escola é primordial para favorecer o desenvolvimento geral e cognitivo da criança e, portanto, para as etapas seguintes de sua vida. Simultaneamente, a contribuição do núcleo familiar continua sendo essencial, inclusive nesse cenário, assim como a relevância da instituição e dos educadores nesse processo, uma vez que ambas as partes têm um objetivo em comum, que é o desenvolvimento ideal da criança. A presença da família no ambiente escolar e a atenção da instituição para compreender as demandas familiares dos alunos beneficia o desenvolvimento psicológico, social e intelectual do aluno.^{4,5}

À proporção que as relações sociais das crianças passam a ser intensificadas, e exista um maior convívio com as pessoas, elas desenvolvem seus próprios conceitos do que é certo e

errado, construindo assim seu próprio senso de justiça. O início do desenvolvimento moral acontece através das relações que o ser humano obtém com o meio social desde o momento do seu nascimento, e essas relações são atravessadas por valores e regras para o equilíbrio geral. Piaget refere que os valores morais são desenvolvidos a partir da influência da criança com o meio social: é através do convívio cotidiano, principalmente com o adulto, que os valores, princípios e normas são constituídos. Piaget defende que o desenvolvimento moral contém três fases denominadas de anomia, heteronomia e autonomia moral.^{6,7}

Na fase da anomia há inexistência do conhecimento de regras, ou seja, a moral está ausente do meio dos valores infantis. Na maioria das vezes a moral não se executa, mas quando as regras são obedecidas, isso é devido ao hábito e não por uma noção do que se é certo ou errado, ou seja, a criança desconhece as regras, a regra ainda não é obrigatória. Na fase da heteronomia, a moralidade torna-se absoluta, fixa, intocável. A criança acaba por julgar os atos como bons ou ruins a partir das suas consequências, sem uma observação mais vasta e sem acatar as intenções do agente dos atos. Dessa maneira, o cumprimento da regra é considerado correto, e qualquer perspectiva diferente dessa não irá condizer a uma atitude correta, o dever é essencialmente heterônimo: é considerado bom todo ato que considere à regra, e mau qualquer ato fora das regras. A partir disso, pode-se compreender que há uma figura de poder na relação, sejam as regras impostas ou um adulto, e essa palavra é a que importa. No estágio de autonomia moral, a criança qualifica pela moral da uniformidade ou da correspondência: compreende as regras como definida e sustentada pelo consenso social. É a fase em que o respeito a regras é ocasionado por meio de acordos recíprocos. Assim, há o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro, e de perceber a intencionalidade das ações. Fica claro que os comportamentos das crianças são solidificados de acordo com as etapas de seu desenvolvimento, desde a fase da anomia até a criança alcançar sua autonomia.^{6,7}

Ainda no que se refere ao desenvolvimento humano, a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson destaca que o crescimento psicológico acontece através de oito estágios sequenciais e previsíveis que intervêm entre si. Conforme cada estágio, o indivíduo se depara com uma crise, que pode ser resolvida de forma positiva ou negativa, fortalecendo o ego ou o enfraquecendo. Diante disso, o desenvolvimento mais complexo de si mesmo, a aquisição de uma maior compreensão, e o controle emocional ocorrem devido ao crescimento cognitivo. Segundo a teoria de Erikson, a criança na terceira infância encontra-se no quarto estágio, considerado de “produtividade versus inferioridade”, no qual ela deve aprender as habilidades produtivas que sua cultura requer ou então enfrentar sentimentos de inferioridade. Esse seria o estágio em que ocorre uma ampla socialização da criança, no qual as situações vivenciadas são baseadas em recompensas posteriores, não apenas imediatas, o que geraria a competência, que seria a virtude dessa fase. Esse estágio pode ser compreendido por propiciar à criança o treinamento de responsabilidades, como tarefas e trabalhos, e por ser uma época para aprender as habilidades que sua cultura julga importantes. Ressalta-se a influência dos pais, que se torna um fator importante nessas produções, visto que de forma positiva fundamentará a segurança e o estímulo a novas produções e, quando negativa, pode gerar baixa autoestima e angústia.^{8,9}

Ainda que exista uma redução da convivência diária das crianças em idade escolar com a família, o relacionamento com os pais continua a ser o mais considerável. Dessa forma, a criança ainda tem nos pais uma grande base de apoio e influência, e é contínua a busca neles por afeto, segurança e orientação. Às vezes ocorre uma fragilização desse vínculo devido a desentendimentos entre os pais, que os levam a tomarem a decisão de romperem a relação conjugal e, com isso, chegarem a uma separação litigiosa do casal, que em geral estabelece efeitos severos nos filhos.¹⁰

A separação litigiosa pode acarretar o fenômeno conhecido como alienação parental, que é caracterizada quando um pai ou uma mãe, normalmente o que detém a guarda da criança, introduz nela ideias, pensamentos e sentimentos que fazem com que os laços afetivos da criança sejam rompidos com o outro genitor. É válido ressaltar que o alienante não se restringe apenas à intervenção negativa realizada pelos genitores, mas também por outras pessoas que assumem a função de responsabilidade com a criança. Esse ato gera severos conflitos familiares e psicológicos, com efeitos principalmente nas crianças, que é classificado como a síndrome de alienação parental, que diz respeito às consequências emocionais e comportamentais apresentadas pela criança vítima do processo, a qual tem seu direito de convivência familiar com determinado genitor rompido. Isso acontece em geral após a separação conjugal e como forma de vingança do ex-companheiro, seja por ter sido abandonado, traído ou se frustrado em relação à vida conjugal.¹⁰

A alienação parental acontece quando um dos genitores, o alienador, controla o menor, introduzindo falsas memórias nas recordações que ele possui em relação ao outro progenitor. Além disso, também é considerada alienação parental a intervenção na constituição psicológica da criança, ocasionada pelo genitor alienante - avós ou adultos que tenham autoridade ou guarda da criança - com a intenção de desprezar o genitor-alvo da alienação, causando dessa forma um prejuízo à manutenção de vínculo com esse. Em vista disto, há diversas maneiras de ocorrer a alienação, como impedir que o pai ou mãe não detentor da guarda veja o filho (a), utilizar chantagens, estimular negativamente a criança contra os genitores (quando a pessoa alienante é avô/avó ou outro adulto da família), apresentar falsas denúncias para impossibilitar a convivência, entre outras atitudes com o objetivo de atrapalhar a relação do filho com o genitor-alvo da alienação. Sendo assim, a consequência dessas ações é Síndrome de Alienação Parental (SAP), ou seja, quando o genitor alienante procede com suas tentativas e a criança absorve toda

a história falsa, fazendo despertar sentimentos de repulsa pela parte alienada. A SAP pode atingir a criança de diversas formas, como o exemplo de casos leves, em que existem sentimentos desfavoráveis ao outro genitor, ou casos mais graves, quando a criança começa a coparticipar dos mesmos sentimentos e comportamentos do seu guardião, contribuindo no atrito com o genitor alienado. É necessário que a criança planeje sua própria compreensão sobre os genitores, de modo a não sofrer a inserção de acontecimentos falsos em seus pensamentos, supostamente efetuado pelo outro genitor.

11,12

O desenvolvimento e a construção social da criança são afetados diante desse cenário, fazendo com que possam surgir transtornos no comportamento, na afetividade e na personalidade da criança. Os resultados psicológicos desfavoráveis da SAP no desenvolvimento da criança são as consequências impactantes desse contexto. Por vezes, o genitor alienador não compreende que está ocasionando circunstâncias desagradáveis à criança, que irá armazenar as memórias resultantes da alienação para sempre, como também problemas emocionais tais como medo, depressão, ansiedade, isolamento, entre outros, que poderá levar a dificuldades no âmbito escolar. Por consequência disso, o surgimento de comportamentos como apresentar falsas emoções, mentir, falta de compreensão, não saber lidar com frustrações são comuns de ocorrer. Assim, a propensão é que na vida adulta a criança que sofreu alienação parental possa vir a agir da mesma maneira do alienador, e venha a desenvolver dificuldades nos relacionamentos sociais.¹³

Os problemas psicológicos resultantes da síndrome de alienação parental geraram uma atenção maior a esse tema específico, de modo que no Brasil foi validado a lei n.º 12.318/2010, que trata do assunto sobre a alienação parental, estabelecendo uma pauta de condutas prevendo hipóteses em que o genitor alienador receba punição como até mesmo multas e cessação da autoridade parental, caso interfira negativamente na relação da

criança com o outro responsável.¹³

As vivências e mudanças no ambiente escolar são percebidas nas crianças desde o momento do divórcio dos pais, pois é uma realidade que envolve muitas mudanças e novos desafios. Devido a essa nova transformação na família, os filhos se deparam com cuidados distintos, com uma nova perspectiva de rotinas diferente da anterior, visto que acabam por serem a parte mais afetada com a separação do casal. Por ainda não possuírem um estado emocional totalmente estruturado, e a depender da forma como os genitores irão lidar com essa situação, isso pode contribuir de forma positiva ou negativa para a vida e o desenvolvimento da criança, principalmente se a alienação parental estiver presente. Esse é um dos motivos para geralmente ocorrer um declínio no rendimento escolar da criança, ocasionando dificuldades no aprendizado e na socialização. Além disso, diversos prejuízos são suscitados no cotidiano das crianças no contexto educacional como condutas de rebeldia e condutas antissociais.¹³

É válido que frente a essas circunstâncias, os profissionais que estão no contexto escolar, como os professores de referência da criança, possuam um conhecimento ao menos prévio do que seja a alienação parental, a síndrome da alienação parental, suas causas e efeitos no desenvolvimento social, afetivo e escolar da criança. Caso não tenham propriedade sobre o tema em questão, é importante que busquem meios onde possam ter informações a respeito do assunto e se apropriem, tornando-se capazes de realizar intervenções a favor da criança. Dessa forma, serão capazes de conseguir os encaminhamentos necessários para tal problemática, como direcionar o caso para os profissionais especializados na resolução da alienação parental e dos efeitos dela na criança. Portanto, os professores são instrumentos de observação e identificação dos sinais apresentados pela criança que estão sendo vítimas da SAP. Desse modo, é cabível o questionamento se esses profissionais detêm a compreensão sobre o fenômeno da alienação parental, se estão atentos aos efeitos que esse problema produz sobre o rendimento escolar e o desenvolvimento infantil.¹³

2. OBJETIVO

3.1 Geral

Investigar como a alienação parental é compreendida por professores do ensino Fundamental I no contexto escolar.

3.1 Específicos

- Identificar o conhecimento dos professores sobre alienação parental;
- Analisar a relação professor-aluno-família em casos de alienação parental
- Identificar se o professor percebe os efeitos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar

3. MÉTODO

3.1 Desenho do Estudo

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso. As pesquisas qualitativas buscam elucidar questões particulares, preocupando-se com o universo de significados, valores e atitudes da pessoa ou grupo participante. Possui como características o foco na interpretação que os participantes têm sobre o tema pesquisado, e sua essência na subjetividade. Além disso, assume que o pesquisador pode ter impacto sobre a pesquisa, permite a flexibilidade, e maior ênfase no processo do que no resultado propriamente dito, além da preocupação com o contexto, pois o comportamento das pessoas em determinadas situações é responsável pela formação da experiência.¹⁴

O estudo em questão constitui-se por ser transversal, cuja investigação se dá no tempo presente e tem o objetivo de ser explicativa, atentando para os fatores causais que estão implicados nas repercussões da temática estudada.

O estudo de caso é caracterizado por ser um método de pesquisa no qual é explorado o tema na sua particularidade real, cujo foco são as situações cotidianas de casos atuais, sendo adequado para traçar muitos conteúdos e esclarecer um determinado problema. Assim, o objeto do estudo de caso é qualquer unidade individual, como por exemplo, uma escola específica. As conclusões do estudo de caso têm como finalidade explicar o porquê determinado evento ocorre naquele contexto específico que foi estudado, e como acontecem, analisando as evidências, desenvolvendo fundamentos coerentes, e se propondo a avaliar e planejar soluções.¹⁵

3.2 Local do Estudo

A pesquisa foi realizada em uma escola particular da Região Metropolitana do Recife, após anuência da sua direção (Apêndice 1).

3.3 Período do Estudo

O estudo foi realizado entre janeiro de 2021 a abril de 2021.

3.4 População Alvo

Para atingir os objetivos necessários, a população foi composta por professoras do Ensino Fundamental I de uma escola particular da Região Metropolitana do Recife, estado de Pernambuco.

3.5 Amostra

A amostra foi por conveniência. No total, participaram duas professoras do Ensino Fundamental I.

3.6 Critérios de Elegibilidade

3.6.1 Critérios de Inclusão

Foram incluídos na pesquisa professoras do Ensino fundamental I que atuam em sala de aula por, no mínimo, 5 anos e trabalham na mesma escola por, no mínimo, 2 anos.

3.6.2 Critérios de Exclusão

Foram excluídos do estudo aquelas professoras que estejam afastado de suas atribuições por motivo de licença, adoecimento, ou que estejam atuando na escola em outra função que não à docência em sala de aula.

3.7 Instrumento de coleta de dados

Foi utilizado um questionário sociodemográfico (Apêndice 2) e um roteiro de entrevista (Apêndice 3) com perguntas previamente elaboradas. O objetivo da entrevista semiestruturada é gerar discussões distintas e servirem de guia para atingir os objetivos propostos.¹⁶ As

entrevistas foram audiogravadas e transcritas, e ressalta-se que em nenhum momento foi nem será exposto os nomes reais dos participantes.

3.8 Coleta de dados

Após a aprovação do Comitê de Ética da Faculdade Pernambucana de Saúde, os pesquisadores entraram em contato com a direção do serviço escolar para organizar a coleta de dados, quando foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, as etapas da mesma e os riscos e benefícios.

Em um primeiro momento, foi feita para cada professora a explanação dos objetivos da pesquisa e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE (Apêndice 4), que foi enviado por e-mail para os participantes. Após a assinatura do TCLE pelas professoras que aceitaram participar, foi previamente combinado com cada participante, individualmente, o horário e local reservado para responderem o questionário sociodemográfico e para a realização da entrevista.

A entrevista foi realizada de modo online, por meio de uma plataforma de melhor conveniência para os participantes, em horário previamente combinado, apenas com a presença do(a) participante e da entrevistadora, e teve duração média de 30 minutos, a fim de que todas as perguntas do roteiro fossem contempladas. Cada participante foi orientada a ficar em local reservado, assim como a pesquisadora entrevistadora, de modo que não houvesse pessoas por perto durante a realização da entrevista online. Caso ocorresse alguma interrupção da entrevista devido a problemas técnicos de conexão da Internet, a mesma poderia ser retomada imediatamente após a conexão ser restaurada (ou em outro momento, se fosse este o desejo do participante). No entanto, isso não foi necessário. A entrevista foi audiogravada a fim de que se registrasse integralmente todo o discurso de cada participante, garantindo assim o registro fidedigno de suas respostas.

3.9 Processamento e análise de dados

Para a análise dos dados construídos nas entrevistas semiestruturadas foi feita a análise de conteúdo utilizando os critérios de Bardin.¹⁷ De acordo com a autora, para fazer a análise do conteúdo é importante descobrir o “núcleo de sentido”, ou seja, em cada resposta é necessário destacar a frase ou o trecho de cada fala que mais corresponde a finalidade da pergunta realizada. E o “núcleo de sentido” é colocado em uma categoria.

As categorias podem ser não apriorísticas, ou seja, são elaboradas no momento que o pesquisador realiza uma leitura fluída após receber as respostas. Ou pode ser apriorística, que consiste em ter as categorias formadas antes de serem obtidas as respostas e, por consequência, o pesquisador fica preso a estabelecer aqueles parâmetros dentro do que lhe foi respondido. Partindo desses pressupostos, optou pelo uso da forma não apriorística.

3.10 Análise de riscos e benefícios para os sujeitos da pesquisa

É válido pontuar que toda pesquisa pode oferecer riscos, mesmo que mínimos. Assim, dentre os riscos da realização da pesquisa, poderia haver cansaço pelo tempo exposto ao modo online e algum outro desconforto sentido pelas professoras, e para esse caso, se fosse necessário, haveria uma articulação para oferecer um atendimento de apoio. No entanto, isso não foi preciso.

Dentre os benefícios, pode-se citar que a oportunidade para falar a respeito da alienação parental no contexto escolar pode levar as professoras a refletirem sobre o tema e sobre sua prática profissional diante da problemática, adquirindo maior conscientização a esse respeito, além de novas perspectivas sobre como identificar os sinais da SAP em sala de aula e como intervir.

3.11 Conflito de interesses

O presente estudo não apresentou conflitos de interesses.

3.12 Aspectos éticos

A presente pesquisa seguiu as normas e diretrizes propostas pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IMIP e aprovada com o CAAE nº 43045321.0.0000.5569 e parecer consubstanciado de número 4.546.672 (Anexo 1).

Para a participação das professoras foi fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo das participantes e sua autonomia para participar ou não do estudo, e sendo explicado a cada participante os objetivos das pesquisas, os riscos e os benefícios.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste trabalho são apresentados no formato de artigo científico a ser publicado na Revista Educação, Psicologia e Interfaces, que tem classificação B4 na área de Educação e Psicologia, e cujas diretrizes aos autores encontram-se no Anexo 2

O CONHECIMENTO DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL

KNOWLEDGE OF ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS ABOUT PARENTAL ALIENATION

Thamyres Alexandra da Silva¹

Felipe Pereira da Cruz²

Isabelle Diniz Cerqueira Leite³

Maria Valéria de Oliveira Correia Magalhães⁴

¹ Faculdade Pernambucana de Saúde, Brasil

² Faculdade Pernambucana de Saúde, Brasil

³ Faculdade Pernambucana de Saúde, Brasil

⁴ Faculdade Pernambucana de Saúde, Brasil

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi compreender como a alienação parental é compreendida no contexto escolar por professoras do Ensino Fundamental I, observando se as profissionais estão instruídas sobre a temática, e se identificam os efeitos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar. Foram realizadas entrevistas individuais com duas professoras da referida etapa de ensino, de uma escola da rede particular de ensino da Região Metropolitana de Recife. Os resultados demonstram a falta de conhecimento, por parte das professoras, em relação ao fenômeno da alienação parental, indicando pouca compreensão para o reconhecimento de casos no ambiente escolar, e a falta de capacitação destes profissionais para lidar com o fenômeno, fazendo com que seja escassa a elaboração de estratégias de atuação frente à problemática. Isso indica a necessidade de capacitação para as professoras sobre essa temática.

Palavras-chaves: Alienação parental; Criança; Ensino fundamental; Professores

ABSTRACT: The objective of this research was to understand how parental alienation is understood in the school context by Elementary I teachers, observing if the professionals are educated on the subject, and if they identify the effects of parental alienation on the student's development and school performance. Individual interviews were conducted with two teachers of this stage of education, from a private school in the Metropolitan Region of Recife. The results show the teachers' lack of knowledge about the phenomenon of parental alienation, indicating little understanding for the recognition of cases in the school environment, and the lack of training of these professionals to deal with the phenomenon, making the elaboration of strategies for dealing with the problem scarce. This indicates the need for training for teachers on this theme.

Key words: Parental Alienation; Child; Elementary School; Teachers.

1 Introdução

Quando ocorre o rompimento dos laços familiares devido a diversos conflitos que podem surgir no contexto matrimonial, é comum ocorrer a alienação parental. Nessa situação, a intervenção de um dos genitores pode ser dominante em relação à criança, de modo que pode resultar no rompimento dos laços afetivos com o outro genitor, suscitando conseqüentemente sentimentos desfavoráveis na criança, como ansiedade e medo. Diante desse cenário, e relacionando paralelamente com o contexto escolar que a criança alienada está, é necessária a busca junto aos educadores que são os mediadores diretos da aprendizagem da criança, sua perspectiva em relação a essa prática e suas implicações na escola. A alienação sempre ocorreu, mas atualmente passou a representar um âmbito de inquietação das pessoas vítimas dessa experiência e dos profissionais que lidam com o desenvolvimento humano. Em vista disso, é fundamental o conhecimento dessa realidade, no campo educacional, de como é tal prática e suas conseqüências nocivas na criança.

Para Figueiredo e Alexandridis (2010), a alienação parental acontece quando o alienador controla o menor, introduzindo falsas memórias nas recordações que ele possui em relação ao

outro progenitor. De acordo com Buosi (2012), também é considerada alienação parental a intervenção na constituição psicológica da criança, ocasionada pelo genitor alienante - avós ou adultos que tenham autoridade ou guarda da criança - com a intenção de desprezar o genitor-alvo da alienação, causando dessa forma um prejuízo à manutenção de vínculo com esse. Em vista disto, há diversas maneiras de ocorrer a alienação, como impedir que o pai ou mãe não detentor da guarda veja o filho (a), utilizar chantagens, estimular negativamente a criança contra os genitores (quando a pessoa alienante é avô/avó ou outro adulto da família), apresentar falsas denúncias para impossibilitar a convivência, entre outras atitudes com o objetivo de atrapalhar a relação do filho com o genitor-alvo da alienação.

Para Gardner (2002), a Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças, quando a criança absorve toda a história falsa criada pelo genitor alienante, fazendo despertar sentimentos de repulsa pela parte alienada. A SAP pode atingir a criança de diversas formas: em casos leves, quando existem sentimentos desfavoráveis ao outro genitor, ou em casos mais graves, quando a criança começa a coparticipar dos mesmos sentimentos e comportamentos do seu guardião, contribuindo no atrito com o genitor alienado. É necessário que a criança construa sua própria compreensão sobre os genitores, de modo a não sofrer a inserção de acontecimentos falsos em seus pensamentos, supostamente efetuado pelo outro genitor.

O desenvolvimento e a habilidade social da criança são afetados diante desse cenário, fazendo com que possam surgir transtornos no comportamento, na afetividade e na personalidade da criança. Os resultados psicológicos desfavoráveis da SAP no desenvolvimento da criança são as consequências impactantes desse contexto. Por vezes, o genitor alienador não compreende que está interferindo no desenvolvimento da criança, que irá armazenar as memórias resultantes da alienação para sempre, como também problemas emocionais, tais como medo, depressão, ansiedade, isolamento, entre outros, que poderá levar a dificuldades no âmbito escolar (Fonseca, 2006). Por consequência disso, o surgimento de comportamentos como apresentar falsas emoções, mentir, falta de compreensão, não saber lidar com frustrações são comuns de ocorrer.

Os problemas psicológicos resultantes da síndrome de alienação parental geraram uma atenção maior a esse tema específico, de modo que no Brasil foi validado a lei n.º 12.318/2010, que trata do assunto sobre a alienação parental, estabelecendo uma pauta de condutas prevendo hipóteses em que o genitor alienador receba punição como até mesmo multas e cessação da

autoridade parental, caso interfira negativamente na relação da criança com o outro responsável (Brasil, 2010).

As vivências e mudanças no ambiente escolar podem ser percebidas nas crianças desde o início do divórcio dos pais, pois é uma realidade que envolve muitas mudanças e novos desafios. Devido a essa nova transformação na família, os filhos se deparam com cuidados distintos, com uma nova perspectiva de rotinas diferente da anterior, visto que acabam por ser a parte mais afetada com a separação do casal. Por ainda não possuírem uma competência emocional totalmente estruturada, e a depender da forma como os genitores irão lidar com essa situação, isso pode contribuir de forma positiva ou negativa para a vida e o desenvolvimento da criança, principalmente se a alienação parental estiver presente. Esse é um dos motivos para geralmente ocorrer um declínio no rendimento escolar da criança, ocasionando dificuldades no aprendizado e na socialização. Além disso, diversos prejuízos podem ser suscitados no cotidiano das crianças no contexto educacional como condutas de rebeldia e antissociais.

A escola e a família devem ter uma relação de união, por serem a base de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, sendo complementares no desempenho de tarefas para o crescimento da criança, mesmo cada uma tendo um objetivo diferente. A instituição educacional, por ser um espaço de relação humana, de modo geral, não pode se abster às mudanças que ocorrem dentro do contexto familiar do aluno, que em muitas ocasiões são estruturadas por apenas um cônjuge.

Nesse sentido, para existir um progresso positivo na aprendizagem e nos vínculos sociais, é necessário a parceria entre família e escola, que podem contribuir para situações favoráveis ou desfavoráveis da criança. Por isso é fundamental ter um olhar ampliado e saber administrar dentro do meio escolar, as questões familiares que vêm com o aluno, e essa função, de certa forma será mais específica para o professor, a partir das suas vivências na sala de aula (Parolin, 2010). Assim, é válida a intervenção na área da educação com as vítimas que estão sofrendo às consequências dessa ruptura familiar, que comumente são os filhos.

Os profissionais que estão no contexto escolar, como os professores de referência da criança precisam ter um conhecimento ao menos prévio do que seja a alienação parental, a Síndrome da Alienação Parental, suas causas e efeitos no desenvolvimento social, afetivo e escolar da criança. Ainda segundo Parolin (2010), ao docente é fundamental em sua prática entender as condutas que a criança apresenta de forma particular, para proporcionar um apoio inicial através do diálogo, em relação às dificuldades mostradas. Contudo, na esfera da educação e aperfeiçoamento profissional, Scoz (1994) alega que a falta de aprimoramentos teóricos é uma

das razões que faz com que os docentes encontrem dificuldades para a elaboração de intervenções apropriadas.

Já que os professores são instrumentos de observação e identificação dos sinais apresentados pela criança no contexto escolar, é cabível o questionamento sobre se esses profissionais detêm a compreensão sobre o fenômeno da alienação parental, se estão atentos aos efeitos que esse problema produz sobre o rendimento escolar e o desenvolvimento infantil. Afinal, a alienação parental na escola, relacionada à separação conflituosa, é um fator desfavorável para a constituição dos saberes da criança. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi investigar como a alienação parental é compreendida por professores do Ensino Fundamental I.

2 Materiais e método

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso, com 2 professoras de uma escola particular de médio porte na Região Metropolitana do Recife, no período de janeiro a abril de 2021. A amostra foi por conveniência e a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionário sociodemográfico. Os dados foram avaliados com base na Análise de Conteúdo utilizando os critérios de Bardin (2010).

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do CAAE nº 43045321.0.0000.5569, e iniciado apenas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes, para as quais foram garantidos o sigilo e anonimato. Por esse motivo, seus nomes foram substituídos pela letra P seguida de um número.

3 Resultados e discussão

As professoras que participaram do estudo tinham em média 9 anos de serviço como docentes no fundamental I da rede privada de ensino. O público desta pesquisa foi composto somente por mulheres, que atuam apenas em uma escola no tempo integral, lecionando mais de uma disciplina, e possuem ao menos uma especialização já concluída.

A partir da análise do conteúdo das entrevistas realizadas com essas professoras, foram identificadas as seguintes categorias: a) pouco conhecimento sobre alienação parental e SAP; b) não participação na resolução do problema; c) efeitos percebidos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e no rendimento escolar. Tais categorias são apresentadas a seguir.

a) Pouco conhecimento sobre alienação parental e SAP

As professoras que participaram das entrevistas apresentaram algum conhecimento sobre a alienação parental, indicando que sabem do que se trata a problemática, tal como ilustrado nas falas a seguir:

“É o pai e a mãe jogar o filho um contra o outro, eu entendo que a alienação parental seja isso (...) os pais influenciam o filho, enquanto um enche a cabeça dele, menosprezando a companheira, ele fica ali entre a cruz e a espada, a criança não tá entendendo o que está acontecendo, mas ela é a única que está sofrendo realmente” (P1)

“(...) situações aonde os pais utilizam o filho, colocando na cabeça do filho legitimações maléficas sobre um dos genitores, o pai ou mãe passa a usar o outro contra, falando coisas ruins sobre a mãe para o filho e acaba atingindo no psicológico da criança. A criança começa a ver de forma negativa aquele genitor. O genitor que faz, faz ao seu favor, para ser beneficiado que aquela criança passe a pensar positivamente sobre aquele que está sendo monitorado (...) eu acho que já li que tem uma lei que é crime fazer esse tipo de situação.” (P2)

Esse conhecimento, que está de acordo com o que é apresentado pela literatura na área sobre o conhecimento de diversos profissionais sobre a alienação parental (Féres Carneiro, 2012; Silva 2015), permite a elas identificarem nos alunos sinais que sugerem que a criança pode estar vivenciando alienação parental em casa:

“(...) a criança fica inibida e sofre muito com isso (...) tem crianças que ficam isoladas, tem crianças que ficam agitadas, violentos porque eles vivenciam o que acontece em casa e quando os pais não moram na mesma casa aí eles vivenciam discussões, ligações, gritarias um com o outro e aí isso reflete na escola, com o coleguinha. As vezes eles nem querem ir pro intervalo, o olhar

deles é diferente (...) é um olhar tristonho, a gente percebe, é nítido quando a criança tá sofrendo.” (P1)

“(...) eu já tive algumas situações aonde a criança chorava bastante, dizia que não queria voltar pra casa da mãe, dizia que a mãe era isso ou era aquilo, falava coisas ruins sobre a mãe (...) por essas características a gente já pensa que pode ser uma dessas atitudes de alienação parental (...) fala que não quer ir pra casa, se for o pai que esteja fazendo esse tipo de atitude contra a mãe, a criança diz que não quer voltar pra ver a mãe, não quer viver com a mãe, que a mãe é um monstro, cria na cabeça dela que a mãe vai fazer coisas (...)” (P2)

Em circunstâncias em que a criança fica exposta a esses acontecimentos por longo período, ela fica suscetível a repetir o discurso do alienador, mesmo que não tenha realmente presenciado determinada situação. Logo, isso pode levar a criança a desenvolver a SAP, que tem diversos sintomas psicológicos, como os relatados pelas participantes acima, e que são compatíveis com o que a literatura na área apresenta como consequências da Síndrome da Alienação Parental (SAP): medo, tristeza, isolamento, sentimentos de repulsa da criança pela parte (mãe ou pai) alienada (Lopes, 2020). No entanto, quando indagadas se sabem o que é a SAP, as professoras alegam não conhecer esse conceito:

“Não, ainda não (ouviu falar sobre a SAP) (...) isso é um termo e eu acredito que não é tão antigo” (P1)

“Não, nunca ouvir falar. Mas eu acho que essa síndrome deve ser exatamente isso né, a criança que apresenta essas características negativas por estar passando isso em casa. Aí ela acaba acontecendo uma síndrome nela (...)” (P2)

Seja porque entendem que o conceito de SAP é recente, ou porque nunca ouviram falar a seu respeito, o desconhecimento dessa síndrome parece levar as professoras a confundi-la com outras condições ou situações apresentadas pelos alunos, tal como sugere os discursos abaixo:

“(...) a gente via que a criança estava sofrendo em casa com maus tratos, a gente via que era uma criança jogava contra o outro e ela tinha alguns distúrbios, ela tinha algumas manias.” (P1)

“(...) a gente acaba suspeitando em outros tipos de características sem ser a alienação.” (P2)

Em seu discurso, a professora P1 parece confundir a SAP com situações de maus tratos vivenciadas pela criança, e até mesmo com a possível presença de transtornos do desenvolvimento. Já a professora P2 reconhece que a falta de conhecimento sobre o que é a SAP pode levá-la a confundir com outras condições que podem ser apresentadas pela criança. Esses achados corroboram o estudo de Silva (2015) que afirma que, apesar da SAP ser discutida desde 1995, os professores ou não tem conhecimento a respeito da alienação parental e da SAP, ou tem conhecimentos imprecisos. Mesmo diante disso, é possível que os professores notem, por meio do comportamento do seu aluno e do genitor alienador, se a Síndrome da Alienação Parental esteja de fato presente na vida da criança. É possível até que o alienador venha a trazer a alienação parental para a escola, se proibir o acesso à criança na escola ao genitor alienado.

Tal realidade, por parte das professoras parece acarretar duas consequências: elas podem não se sentir competentes para agir na prevenção ou solução do problema junto às famílias, ou para identificar os efeitos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar. Isso é o que também foi encontrado em seus discursos, e que culminou nas duas outras categorias do presente estudo, discutidas a seguir.

b) Não participação na resolução do problema

No que se refere à colaboração das professoras nos casos em que há suspeitas de alienação parental, as participantes relataram que não existe uma relação direta ou intermediária com a família, de modo que essas questões são encaminhadas para o serviço de psicologia da escola. Isso pode ser identificado nas falas das professoras, respectivamente:

“A escola possui um serviço de psicologia (...) na sala da minha colega de turma, ela viu isso e a psicóloga juntamente com a equipe pediu para chamar os pais e conversaram, a escola dá todo apoio a criança para que ela não sofra com isso. (...) a psicóloga conversa com a criança pra ver o que está acontecendo, depois conversa com os pais e tenta intervir pra ver como vai resolver isso.” (P1)

“O professor aciona o psicólogo, o psicólogo escolar chama a criança pra conversar, tem o diálogo com a criança, depois chama os responsáveis, aí depois entra em contato com os responsáveis e faz uma reunião pra ver o que está acontecendo. (...) O professor não fica sabendo, não fica tão por dentro.” (P2)

A professora (P1), aponta ainda a necessidade de intervenção de outros profissionais e instituições:

“primeiro fala com a psicóloga e ela toma todo esse cuidado pra chamar os pais e pessoas que possam intervir, pois todo mundo tem que intervir, se a variância apresenta sinais, até o conselho tutelar tem que saber (...) A escola chama os responsáveis junto com o psicólogo para a primeira conversa, pra saber o que está acontecendo, talvez eles chamem outros especialistas e também acionar o conselho tutelar.” (P1)

A participação dos professores, caso ocorra uma hipótese de alienação parental na escola, é apenas em momentos específicos, como relatado:

“A gente tem reuniões, a gente aborda o que está acontecendo com alguns alunos, e aí a gente conversa sobre isso” (P1) “(...) o professor fica sabendo por último o que aconteceu, é mais trabalho do psicólogo e família. O professor detecta e informa pro psicólogo assumir a situação.” (P2)

É notório, através dos discursos apresentados, que o papel do professor como adjunto da situação não é levado em consideração. Sendo assim, o professor não é concebido como aquele que age de alguma maneira para intervir no contexto em questão. Diante disso, é válido levantar o questionamento sobre se essa ausência das professoras nesses assuntos deva-se à falta de aprimoramento, por parte delas, sobre o que é alienação parental e suas consequências psicossociais. É provável que isso esteja relacionado ao não posicionamento das professoras na solução de casos como esses. Assa ausência de qualificação em relação ao tema abordado é exemplificada na fala das professoras:

“o professor deveria estar mais capacitado, pra não ficar só no serviço de psicologia, porque o serviço é um apoio grandioso, mas a gente devia ter uma capacitação, até porque, cada sala deveria

repassar os casos mais complexos, seria mais fácil da gente discutir e não ficar só com a psicóloga. Nós não somos capacitados’’. (P1)

“a escola em si deveria oferecer ao professor capacitações específicas de várias síndromes, de vários estudos de modo geral de inclusão dessas crianças, as escolas deveriam investir nessas capacitações. Mas infelizmente (...) o professor acaba procurando aprender sozinho as situações e com a prática acaba aprendendo (...) é difícil o professor identificar numa sala os alunos, porque sabe que cada aluno ali é diferente um do outro.” (P2)

Observa-se que tais profissionais não possuem uma capacitação básica sobre o tema da alienação parental e, talvez, também sobre diversos temas que perpassam o núcleo familiar e social da criança, e refletem no âmbito escolar. Isso sugere que talvez as escolas ainda tenham dificuldades para lidar com diversas problemáticas atuais da sociedade, o que influencia diretamente o trabalho desenvolvido pelo corpo docente. Isso está de acordo com a seguinte afirmação de Scoz: “A falta de conhecimentos teóricos e debates eficientes no contexto escolar constitui um dos fatores que conduzem os professores a encontrarem dificuldades de elaborarem estratégias adequadas frente às demandas vivenciadas em seu contexto educativo[...]” (Scoz, 1994, p. 122).

Os professores precisam estar preparados para atenderem a diversas demandas dentro do contexto educacional, pela razão de a escola ser um espaço em que as diferentes situações se encontram. Sendo assim, a fragilidade na formação inicial dos professores, bem como em sua formação continuada, é um fator preocupante, pois os professores como mediadores do conhecimento precisam ser sensíveis a diversas questões. Uma delas diz respeito aos efeitos que alienação parental pode ter no desenvolvimento e no rendimento escolar do aluno, como discutido na próxima categoria.

c) Pouca clareza quanto aos efeitos da alienação parental no desenvolvimento e rendimento escolar do aluno

No que diz respeito aos efeitos causados pela SAP no desempenho escolar e desenvolvimento da criança que está vivenciando a alienação parental, as professoras

responderam que os alunos apresentam baixo rendimento nos estudos e de socialização, como exposto na seguinte fala:

“É um estrago, porque ela fica sem vontade de estudar, sem querer falar com os coleguinhas (...) é uma criança que se a gente falar um pouco mais alto pra ver se ela tá ouvindo, ela acha que a gente tá brigando com ela. (...) (P1)

Relativo à descrição dos comportamentos das crianças vítimas da alienação parental, Fonseca (2006) alerta que os efeitos da alienação podem permanecer em anos seguidos, com consequências graves de ordem comportamental e psicológica, comprometendo o desenvolvimento normal da criança e ocasionando o aparecimento de agressividade, depressão, ansiedade, isolamento, dificuldades de aprendizagem entre outras, que impossibilitam a criança de um convívio saudável com seus pares. Nesse sentido, a professora P2 mencionou a partir do seu conhecimento o seguinte:

“(...) afeta o psicológico e atinge o aprendizado dela, acaba atingindo a criança (...) a gente consegue perceber que a criança não quer escrever, que ela fica desmotivada, a criança se isola, com esse isolamento aparece o parar de querer aprender, o parar de querer ficar com outros colegas (...)” P2

Fica claro que as professoras têm a compreensão sobre as consequências da alienação parental no desenvolvimento e rendimento escolar do aluno, embora pareça ser uma compreensão ainda superficial, sem muito aprofundamento quanto às especificidades dessas consequências. Esse tipo de compreensão leva ao risco de a alienação parental ser novamente confundida com outras situações de violência vivenciadas pela criança, como é perceptível através do discurso da professora P1:

(...) elas chegam e não querem tirar o casaco, pode estar o calor que tiver, também com as mãos geladas, se o casaco tiver capuz, ela tenta se esconder, então a gente percebe essas características que não é de uma criança.”

Essa participante parece confundir as consequências da alienação parental na criança com comportamentos relacionados ao sofrimento de abusos físicos causados pelos pais. Isso reforça o argumento sobre a pouca capacitação que essas professoras possuem sobre os comportamentos demonstrados pelo aluno que vivencia a alienação parental. Possuir um

entendimento sobre as consequências que afetam as crianças no contexto escolar permite aos profissionais que compõem a instituição a construção de mediações que atuassem diretamente sobre o problema. Dessa maneira, fica notório, que há necessidade da realização de estudos que possam constatar, de forma mais estável, quais as interferências da Síndrome de Alienação Parental na aprendizagem e nos casos que se vinculam no ambiente escolar, para que os docentes e a instituição que nela trabalham tenham condições de propor intervenções que consigam, identificar os efeitos da SAP, e intervir no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

4 Considerações finais

A Alienação Parental vem se mostrando cada vez mais frequente dentro da dinâmica de conflitos no contexto familiar e suas consequências podem vir a acarretar danos notórios no desenvolvimento infantil. Essa problemática passou a inquietar diretamente os profissionais que lidam com o desenvolvimento humano, como, por exemplo, os profissionais da educação, tornando necessários os estudos sobre essa temática com professores das diversas etapas de ensino, sobretudo as etapas iniciais, como a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente estudo trouxe contribuições nesse sentido, ao identificar que professoras do ensino fundamental I possuem um prévio, porém superficial, entendimento do que seja a Alienação Parental. Além disso, o estudo apontou o desconhecimento delas sobre a Síndrome de Alienação Parental (SAP) e como suas consequências afetam as crianças, os efeitos da mesma no desenvolvimento e rendimento escolar do aluno, levando-as a confundi-la com outras condições ou situações vivenciadas pelos alunos.

Chama particular atenção a falta de atuação dessas profissionais junto às famílias, por não se sentirem competentes para agirem na prevenção ou solução do problema, nem para identificar adequadamente os efeitos da Alienação Parental e da SAP no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar.

É possível que essa ausência de atuação na prevenção esteja interligada ao seu pouco conhecimento sobre a temática, o que abre espaço para a discussão sobre a importância de profissionais como essas receberem uma capacitação específica sobre a alienação parental, a SAP e suas consequências, a fim de que possam ter protagonismo no enfrentamento ao problema no contexto escolar.

Esse artigo buscou não apenas trazer contribuições para a literatura na área, como também estabelecer novas linhas de investigação. Sugere-se que estudos mais amplos sobre essa

temática sejam desenvolvidos com um número significativo de profissionais em diferentes escolas para uma compreensão mais global da problemática.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, T. F.; MONTE, C. M. **Síndrome da alienação parental e a escola como agente de prevenção e inclusão**, Rio Grande do Norte, v1, n. 10, p. 1-7, novembro, 2016.

Brasil. Lei Nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm> Acesso em abril, 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BESSA, C. P. D. **Alienação Parental: As dolorosas Consequências do Fim de Um Relacionamento para os Filhos**. 2010. Disponível em:< http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k214712.pdf> Acesso em abril, 2021.

BUOSI, C. C. F. **Alienação Parental: uma interface do direito e da psicologia**. Curitiba: Juruá, 2012.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abril, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 abril 2021.

FONSECA, P. M. P. **Síndrome de alienação parental**. *Revista Pediatria – USP*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 162-168, 2006.

FIGUEIREDO, F. V.; ALEXANDRIDIS, G. **Alienação Parental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T. Alienação parental: uma leitura psicológica. In: PAULINO, Analdino Rodrigues (Org.). **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos**. Porto Alegre: Equilíbrio, 2012, p. 11-13.

GARDNER, R. A. (2002). **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de síndrome de alienação parental (SAP)?** Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/odsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 05 maio, 2021.

JESUS, J. A.; COTTA, M. G. L. **Alienação parental e relações escolares: a atuação do psicólogo**. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 20, n. 2, p. 285-290, agosto, 2016.

LEITE, D. E. M.; NETA, M. R. O. **Síndrome da alienação parental - SAP: o resultado de uma guerra familiar**. *Direito & Realidade*, v.4, n.2, p.46-71, 2016.

LOPES, J. V. L. **Alienação Parental: Consequências Psicológicas.** 2020.

NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos.** 3.ed. Brasília: Liber Livro, 2009.

PAROLIN, I. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem.** 2. ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SILVA, V. S. **Separação: uma Criança Vítima da Alienação Parental.**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar o entendimento de professoras do ensino fundamental I, em relação ao que é alienação parental, e como suas consequências afetam as crianças, principalmente no contexto escolar.

O objetivo geral e os específicos deste estudo foram contemplados, uma vez que foi possível identificar o nível de compreensão das professoras sobre o tema abordado: por um lado, elas têm algum conhecimento sobre alienação parental e, de forma superficial, sobre os efeitos da mesma no desenvolvimento e rendimento escolar do aluno; por outro lado, o desconhecimento sobre a Síndrome da Alienação Parental (SAP), a confusão que fazem entre os efeitos da alienação parental e outras condições de saúde apresentadas pela criança, e a falta de atuação junto às famílias, tudo isso pode comprometer sua atuação na prevenção ou solução do problema.

Assim, essa pesquisa não apenas trouxe contribuições para a literatura na área, como também estabelece novas linhas de investigação, e aponta a necessidade de intervenções com professores do Ensino Fundamental I sobre o tema da alienação parental. Sugere-se que estudos mais amplos sobre essa temática sejam desenvolvidos em um número significativo de escolas para uma compreensão mais global da problemática.

REFERÊNCIAS

- 1- Gonçalves JP. Ciclo vital: início, desenvolvimento e fim da vida humana possíveis contribuições para educadores. Rev Cont & Educ 2016 Abr; 31(98):79-110.
- 2- Papalia DE, Feldman RD. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: Artmed; 2013.
- 3- Barra ASB, Rodrigues JVA, Bontempo JL. O raciocínio operatório-concreto de crianças no ensino de ciências. II congresso internacional de interdisciplinaridade em educação; dezembro 2015; Goiânia, Goiás. 31(98):79-110.
- 4- Silva PA, Timbó RC. O papel da escola no processo da socialização na educação infantil. Rev Multi em Educ e Saúde 2017.
- 5- Fernandes MER, Marques AL, Rocha MS. A Interdependência entre os Processos de Socialização e Identificação afetando a Realidade Subjetiva das Pessoas e a Trajetória das Próprias Organizações. XXXIII Encontro da ANPAD; 19 a 23 de setembro de 2009; São Paulo.
- 6- Fini LDT. Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg. [Florianópolis]: [s.n.]; 1991.
- 7- Guerreiro AFDA, Uhde GL, Corrêa CS. O desenvolvimento da anomia, heteronomia e autonomia na teoria piagetiana e sua relação com o egocentrismo. XXVI Seminário de Iniciação Científica; 01 a 04 de outubro de 2018; Rio Grande do Sul.
- 8- Fiedler AJCBP. O desenvolvimento psicossocial na perspectiva Erik H. Erikson: As “oito idades do homem”. Rev Educ-UNG-Ser 2016; v.11, n.1.
- 9- Leite AADM, Silva ML. Um estudo bibliográfico da Teoria Psicossocial de Erik Erikson: contribuições para a educação. Rev Deb em Educ 2019 Jan/Abr.
- 10- Jesus JA, Cotta MGL. Alienação parental e relações escolares: a atuação do psicólogo. Psicol Esc Educ 2016 Aug.

- 11- Jonas A. Síndrome de alienação parental: consequências da alienação parental no âmbito familiar e ações para minimizar os danos no desenvolvimento da criança. São Paulo: [s.n.]; 2017.
- 12- Leite DEM, Neta MRO. Síndrome da alienação parental - SAP: o resultado de uma guerra familiar. [S.I.: s.n.]; 2016.
- 13- Lopes JVL. Alienação Parental: Consequências Psicológicas. [S.I.: s.n.]; 2020.
- 14- Guerra ELA. Manual de pesquisa qualitativa. Belo Horizonte: Grupo Alma Educação; 2014.
- 15- Branski RM, Franco RAC, Junior OFL. Metodologia de estudo de casos aplicada à logística. Congresso de pesquisa e ensino em transportes; 29 a 03 de dezembro de 2010; Salvador.
- 16- Boni V, Quaresma SJ. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. [S.I.:s.n.]; 2005.
- 17- Bardin L. Análise de Conteúdo. 70^a.Lisboa: [s.n.]; 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

CARTA DE ANUÊNCIA

Ilma Sra. Maria Rosa Andrade Amorim Rodrigues

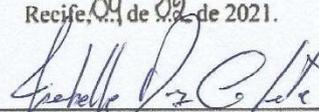
Função: Gestora da Escola Menino Jesus

Vimos, por meio desta, solicitar autorização institucional para realização do projeto de pesquisa intitulado "A compreensão de professores sobre alienação parental no contexto escolar", coordenado pelos pesquisadores Thamyres Alexandra da Silva, Felipe Pereira da Cruz, e Isabelle Diniz Cerqueira Leite (Orientadora). O objetivo da pesquisa é investigar como a alienação parental é compreendida por professores do Ensino Fundamental I no contexto escolar.

Ressaltamos que os dados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução 512/16 do Conselho Nacional de Saúde e serão utilizadas exclusivamente para os objetivos deste estudo.

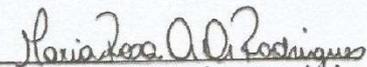
Informamos também que o projeto só será iniciado após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Pernambucana de Saúde (CEP/FPS).

Recife, 04 de 09 de 2021.


Carimbo e Assinatura do pesquisador

Isabelle Diniz C. Leite
Psicóloga
CRF 02113400

concordo com a solicitação () não concordo com a solicitação


Carimbo e assinatura do responsável pelo setor

Andraóe Amorim Ensino Ltda. - ME
CNPJ nº 11.855.595/0001-81

APÊNDICE 2**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

Data: ____/____/____

Nº do questionário _____

Iniciais: _____

Residente em: Recife Olinda Outros**Idade:****Raça** Pardo Branco Amarelo Negro Outros. Qual?**Possui filhos? Se sim, quantos?** Sim Não 1 2 3 4 ou mais**Estado civil:** Solteiro (a) Casado (a) Viúvo (a) Relação estável Separada Outros**Religião:** Católica Espírita Evangélica Umbanda Nenhuma Outras. Qual?**Formação acadêmica:****Formação complementar (Curso de Especialização):****Tipo de escola em que trabalha** Privada Pública**Tipo de vínculo:** Funcionário Público Contratado Em substituição Outra**Atua em mais de uma escola?****Tempo total de serviço docente:****Tempo total de serviço docente na atual escola:****Tempo total de atuação no Ensino fundamental I:****Disciplina que leciona na atual escola:**

APÊNDICE 3

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. Você sabe o que é alienação parental? Fale sobre isso.
2. Você já teve algum caso em sala de aula de criança que estivesse passando por alienação parental? Se sim, a escola ou você se envolveu na resolução da situação? De que forma?
3. Você consegue identificar quando um aluno está vivenciando a alienação parental?
4. Você já ouviu falar sobre a síndrome da alienação parental (SAP)? Se sim, você consegue identificar os sinais e sintomas da síndrome de alienação parental na criança?
5. Você consegue perceber os efeitos causados pela SAP no desempenho escolar do aluno? E no desenvolvimento social da criança?
6. Você sabe quais são as mudanças mais notórias no comportamento da criança que está vivenciando a alienação parental?
7. Quando há a suspeita de que a criança esteja vivenciando a alienação parental, o que a escola (ou você) faz nesse caso? É realizado algum encaminhamento da criança a profissionais especializados no assunto?
8. Em possíveis casos de alienação parental, existe algum diálogo da escola (ou de sua parte) com os pais e com a criança, a fim de discutir a situação, fornecer orientações, fazer encaminhamentos ou de alguma forma ajudar a resolver a situação?
9. Durante reuniões pedagógicas, qual deve ser postura do professor diante de um caso de alienação parental? O professor efetua algum tipo de abordagem sobre a temática ou prefere não se envolver?
10. O que você acha que o professor pode/deve fazer caso perceba que algum aluno esteja vivenciando a alienação parental? Você acha que o professor deve ser capacitado a lidar com esse tema em sala de aula, ou apenas encaminhar a criança para a psicóloga escolar ou outro profissional?
11. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre este tema?

APÊNDICE 4**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO****A COMPREENSÃO DE PROFESSORES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa porque se enquadra nos critérios estabelecidos pelos pesquisadores. Para que você possa decidir se quer participar ou não, precisa conhecer os benefícios, os riscos e as consequências pela sua participação.

Este documento é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e tem esse nome porque você só deve aceitar participar desta pesquisa depois de ter lido e entendido este documento. Leia as informações com atenção e converse com os pesquisadores responsáveis sobre quaisquer dúvidas que você tenha. Caso haja alguma palavra ou frase que você não entenda, converse com a pessoa responsável por obter este consentimento, para maiores esclarecimentos. Caso prefira, converse com a equipe da escola antes de tomar uma decisão. Se você tiver dúvidas depois de ler estas informações, entre em contato com os pesquisadores responsáveis.

Após receber todas as informações, e todas as dúvidas forem esclarecidas, você poderá assinar eletronicamente, se tiver assinatura, caso não tenha, basta assinalar com um x dentro do quadrado se concorda ou não em participar da pesquisa, no final deste documento. Haverá um campo para colocar seu consentimento, clicando se concorda ou não concorda em participar ou colocando sua assinatura.

PROPÓSITO DA PESQUISA

Esse estudo tem como propósito investigar como a alienação parental é compreendida por professores do ensino Fundamental I no contexto escolar.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Após a seleção dos participantes haverá a entrega de um questionário sociodemográfico para preenchimento individual, e depois haverá uma entrevista individual. Devido à pandemia do novo coronavírus, as entrevistas serão realizadas de forma online, por meio de uma plataforma de melhor conveniência para você, em horário previamente

combinado, apenas com sua presença e a presença da entrevistadora, e terá duração estimada de 30 minutos, a fim de que todas as perguntas do roteiro de entrevista sejam contempladas. você será orientado(a) a ficar em local reservado, assim com a entrevistadora, de modo que não haja pessoas por perto durante a realização da entrevista online. Caso ocorra alguma interrupção da entrevista devido a problemas técnicos de conexão da Internet, a mesma poderá ser retomada imediatamente após a conexão ser restaurada (ou em outro momento, se for este o seu desejo). A entrevista será audiogravada a fim de que se registre integralmente todo o seu discurso, garantindo assim o registro fidedigno de suas respostas. O material será arquivado de modo sigiloso e os dados coletados serão destruídos após 5 anos arquivados.

BENEFÍCIOS

A oportunidade para falar a respeito da alienação parental no contexto escolar pode levar os professores a refletirem sobre o tema e sobre sua prática profissional diante da problemática, adquirindo maior conscientização a esse respeito, além de novas perspectivas sobre como identificar os sinais da SAP em sala de aula e como intervir.

RISCOS

Toda pesquisa pode oferecer riscos, mesmo que mínimos. Assim, dentre os riscos da realização da pesquisa, estão cansaço pelo tempo exposto ao modo online e algum outro desconforto sentido pelos professores, e para este caso, se for necessário, haverá uma articulação para oferecer um atendimento de apoio.

CUSTOS

Não há custos para os participantes.

CONFIDENCIALIDADE

Se você optar por participar desta pesquisa, as informações sobre os seus dados pessoais serão mantidas de maneira confidencial e sigilosa. Seus dados somente serão utilizados depois de anonimizados (ou seja, sem sua identificação). Apenas os pesquisadores autorizados terão acesso aos dados individuais. Mesmo que estes dados sejam utilizados para propósitos de divulgação e/ou publicação científica, sua identidade permanecerá em segredo.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação é voluntária e a recusa em autorizar a sua participação não acarretará quaisquer penalidades ou perda de benefícios aos quais você tem direito. Você poderá retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Em caso de você decidir interromper sua participação na pesquisa, a equipe de pesquisadores deve ser comunicada e a coleta de dados relativos à pesquisa será imediatamente interrompida.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTOS

A pessoa responsável pela obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido lhe explicou claramente o conteúdo destas informações e se colocou à disposição para responder às suas perguntas sempre que tiver novas dúvidas. Você terá garantia de acesso, em qualquer etapa da pesquisa, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas e inclusive para tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa. **Neste caso, por favor, ligue para Thamyres Alexandra da Silva no telefone (81) 98529-8970 ou por e-mail em thamyres2411hotmail.com, ou para Felipe Pereira da Cruz no telefone (81) 99562-0660 ou por e-mail em felipep.dacruz@hotmail.com ou Isabelle Diniz Cerqueira Leite no telefone (81) 98841-8893 ou por e-mail em isabellediniz@fps.edu.br, no horário das 12 às 17h;** Ou, ainda, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Pernambucana de Saúde, sito à Av. Mascarenhas de Moraes, nº 4861, Imbiribeira- Recife-PE. CEP: 51150-000. Bloco: Administrativo. Tel.: (81) 3312-7755 que funciona de segunda a sexta feira no horário de 8:30 às 11:30 e de 14:00 às 16:30 ou pelo e-mail: comite.etica@fps.edu.br

O CEP-FPS objetiva defender os interesses dos participantes, respeitando seus direitos e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa desde que atenda às condutas éticas.

Este termo está sendo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com você e outra será arquivada com os pesquisadores responsáveis.

CONSENTIMENTO

Li as informações acima e entendi o propósito do estudo. Ficaram claros para mim quais são procedimentos a serem realizados, riscos, benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo.

Entendo que meu nome não será publicado e toda tentativa será feita para assegurar o meu anonimato.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Eu, por intermédio deste, dou livremente meu consentimento para participar nesta pesquisa.

Nome e Assinatura do Participante	Data
Nome e Assinatura da Testemunha Imparcial	Data

Eu, abaixo assinado, expliquei completamente os detalhes relevantes desta pesquisa ao paciente indicado acima e/ou pessoa autorizada para consentir pelo mesmo.

Nome e Assinatura do Responsável pela Obtenção do Termo	Data
CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA	<input type="checkbox"/>
NÃO CONCORDO EM PARTICIPAR DA PESQUISA	<input type="checkbox"/>

ANEXOS

ANEXO 1

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
(CEP)**

FACULDADE PERNAMBUCANA
DE SAÚDE - AECISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A COMPREENSÃO DE PROFESSORES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Pesquisador: ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 43045321.0.0000.5569

Instituição Proponente: ASS. EDUCACIONAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - AECISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.546.672

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivos da pesquisa" e "Avaliação de Riscos e Benefícios" foram retiradas do Arquivo:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1699817.pdf 1ª versão postada no dia 06/02/2021.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa pelo método de estudo de caso que será realizada em ambiente virtual, devidamente planejado, por meio de uma plataforma de fácil acesso, respeitando os princípios éticos. A pesquisa será realizada pelo desenho de estudo de caso dos professores do Ensino Fundamental de uma escola da rede privada da cidade de Olinda. Os dados serão construídos através de entrevistas semiestruturadas como forma de aprofundar a temática.

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Psicologia da Faculdade Pernambucana de Saúde.

Discente: Thamyres Alexandra da Silva

Discente: Felipe Pereira da Cruz

Orientadora: Isabelle Diniz Cerqueira Leite

Coordenadora: Maria Valéria de Oliveira Correia Magalhães

Endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes, 4861

Bairro: IMBIRIBEIRA

CEP: 51.150-000

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3312-7755

E-mail: comite.etica@fpa.edu.br

FACULDADE PERNAMBUCANA
DE SAÚDE - AECISA



Continuação do Parecer: 4.540.672

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar como a alienação parental é compreendida por professores do ensino Fundamental I no contexto escolar.

Objetivo Secundário:

- Identificar o nível de conhecimento dos professores sobre alienação parental;
- Analisar a relação professor-aluno-família em casos de alienação parental
- Identificar se o professor percebe os efeitos da alienação parental no desenvolvimento do aluno e em seu rendimento escolar

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Dentre os riscos da realização da pesquisa, estão cansaço pelo tempo exposto ao modo online e algum outro desconforto sentido pelos professores, e para este caso, se for necessário, haverá uma articulação para oferecer um atendimento de apoio.

Benefícios:

Dentre os benefícios, pode-se citar que a oportunidade para falar a respeito da alienação parental no contexto escolar pode levar os professores a refletirem sobre o tema e sobre sua prática profissional diante da problemática, adquirindo maior conscientização a esse respeito, além de novas perspectivas sobre como identificar os sinais da SAP em sala de aula e como intervir.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Critério de Inclusão:

Professores do Ensino Fundamental I que atuem em sala de aula por, no mínimo, 5 anos e trabalhem na mesma escola por, no mínimo, 2 anos.

Tamanho da amostra: 5 professores

Endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes, 4861
 Bairro: IMBIRIBEIRA CEP: 51.155-000
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (51)3512-7755 E-mail: comita.etica@ipa.edu.br

Continuação do Parecer: 4.546.672

Para a análise dos dados construídos nas entrevistas semiestruturadas será feita a análise de conteúdo utilizando os critérios de Bardin.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE - Incluído e adequado

Carta de anuência - Incluída e adequada

Folha de rosto - Incluída e adequada

Instrumentos de coleta - Incluído e adequado

Cronograma e orçamentos - Incluídos e adequados

CV lattes- Incluídos

Recomendações:

O TCLE - deve ter suas páginas numeradas e deve ser informado ao participante que ele deve rubricar todas as páginas da versão impressa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com a Resolução 466/12 do CNS, das competências do CEP:

b) acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por meio de relatórios semestrais dos pesquisadores e de outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente a pesquisa;

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

c) desenvolver o projeto conforme delineado;

d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1699817.pdf	08/02/2021 18:16:56		Aceito
Outros	Carta_de_Anuencia_Thamyres_Felipe.p df	08/02/2021 17:44:49	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito

Endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes, 4861

Bairro: IMBIRIBEIRA

CEP: 51.150-000

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)3312-7755

E-mail: comite.etica@fcp.edu.br

FACULDADE PERNAMBUCANA
DE SAÚDE - AECISA



Continuação do Parecer: 4.540.072

Folha de Rosto	folhaDeRosto_com_assinatura_digital.pdf	08/02/2021 17:37:30	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Maria_Valeria_Magalhaes.pdf	08/02/2021 12:11:45	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_FINAL_Thamyres_Felipe.docx	08/02/2021 12:05:02	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Isabelle_Diniz_Cerqueira_Leite.pdf	07/02/2021 18:41:47	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Felipe_Pereira_da_Cruz.pdf	07/02/2021 18:41:21	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Thamyres_Alexandra_da_Silva.pdf	07/02/2021 18:40:59	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Orçamento	Orcamento_Thamyres_Felipe.docx	07/02/2021 18:15:03	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Outros	Questionario_sociodemografico_Thamyres_Felipe.docx	07/02/2021 18:13:54	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista_Thamyres_Felipe.docx	07/02/2021 18:12:38	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
TCE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCE_Thamyres_Felipe.docx	07/02/2021 18:11:55	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito
Cronograma	Cronograma_de_Atividades_Thamyres_Felipe.docx	07/02/2021 18:11:26	ISABELLE DINIZ CERQUEIRA LEITE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 18 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
Ariani Imperi de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes, 4861
Bairro: IMBIRIBEIRA CEP: 51.150-000
UF: PE Município: RECIFE
Telefone: (51)3312-7755 E-mail: comite.etica@pe.edu.br

ANEXO 2

NORMAS E ORIENTAÇÕES PARA SUBMISSÃO DO ARTIGO

As normas apresentadas a seguir da Revista Educação, Psicologia e Interfaces encontram-se online através do link:

<https://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/about/submissions>

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
- URLs para as referências foram informadas quando possível.
- O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.
- Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em [Assegurando a avaliação pelos pares cega](#) foram seguidas.
- O artigo foi estruturado e formatado conforme o TEMPLATE adotado pela revista.
- As opiniões e os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Declaro (Declaramos) ter realizado a detecção de plágio no artigo com, no mínimo uma das seguintes ferramentas: NoPlag, Grammarly, Copyleaks, CopySp. E que não houve plágio, e ter conhecimento que o plágio representa um crime previsto no artigo 184 do Código Penal. Estamos cientes que se for apurada a falsidade das declarações acima, o artigo será considerado nulo, podendo a informação de cancelamento ser de conhecimento público.

Diretrizes para Autores

Revista Educação, Psicologia e Interfaces

Estruturar e formatar o artigo segundo o [TEMPLATE](#) adotado pela revista e disponibilizado nesse site.

Como parte do processo de submissão, os (as) autores (as) são obrigados a observar os pré-requisitos para submissão, considerando os itens listados a seguir:

1. Durante a submissão on-line, o (a) autor(a) responsável pela submissão deve atestar a veracidade das informações, assegurar a sua não submissão a outro periódico, a conformidade com as características de formatação requeridas para os arquivos de dados, bem como a concordância com os termos da Declaração de Direito Autoral, que se aplicará em caso de publicação do trabalho.
2. Se o trabalho envolveu diretamente animais ou seres humanos como sujeitos da pesquisa, deve-se comprovar a sua aprovação prévia por um comitê de ética em pesquisa.
3. Submeter os trabalhos escritos em português ou inglês, e atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
4. Assumir a responsabilidade quanto a sua participação, de forma significativa na construção e formação do artigo e que, enquanto autor, tem responsabilidade pública pelo conteúdo veiculado.
5. Não publicação ou submissão do manuscrito à apreciação de outro periódico.
6. Assumir a ciência de que não será remunerada a publicação de seu trabalho e que renuncia aos seus direitos autorais em favor deste periódico. Contudo, os conteúdos publicados são de inteira e exclusiva responsabilidade dos autores, ainda que reservado aos editores o direito de proceder a ajustes textuais e de adequação às normas da publicação. Por outro lado, os autores ficam autorizados a socializar seus artigos, simultaneamente, em repositórios da instituição de sua origem ou demais meios de divulgação, desde que citada a fonte da publicação original que é este periódico.
7. Formatar o artigo conforme as normas e diretrizes especificadas no manual para autores deste periódico.
8. Assumir a ciência de que os manuscritos que não atenderem as normas do periódico não serão publicados.
9. Disponibilizar um **arquivo em documento suplementar** com **o artigo completo**: nome completo, afiliação institucional e país, posicionados logo abaixo do título em inglês; na sequência das referências bibliográficas escrever as credenciais dos autores (identificação, afiliação institucional, titulação e [o Orcid](#)), endereço para correspondência, como citar o artigo, data de encaminhamento.
10. Cada autor só poderá publicar 1 (um) único artigo por ano, inclusive em caso de coautoria.

Disponibilizamos as normas, diretrizes e demais documentos necessários aos (as) autores (as) que desejam submeter seus artigos neste periódico. Baixe, antes da submissão do seu artigo.

Formato do Texto

O texto deve ser digitado em processador de texto Word (arquivo com extensão doc ou docx) e deve ser digitado em espaço 1,5 entre linhas, tamanho 12, fonte Times New Roman com amplas margens (superior e inferior = 3 cm, laterais = 2,5 cm), não sendo inferior a 9(nove) e nem ultrapassando o limite de 15(quinze) páginas, incluindo página de rosto, resumo, corpo do texto, referências, figuras, tabelas, anexos e demais elementos pertinentes.

Página de rosto (1ª página)

Deve conter: a) **TÍTULO DO ARTIGO** (preciso e conciso) e sua versão no inglês; b) nome completo dos autores com indicação da filiação institucional e país.

Resumo (na sequência)

Resumos do conteúdo em português e inglês. Quanto à extensão, o resumo deve conter no máximo 1.500 caracteres com espaços (cerca de 350 palavras), em um único parágrafo. Quanto ao conteúdo, seguindo a estrutura formal do texto, ou seja, indicando objetivo, procedimentos básicos, resultados mais importantes e principais conclusões. Quanto à redação, buscar o máximo de precisão e concisão, evitando adjetivos e expressões como "o autor descreve". O resumo e o abstract devem ser seguidos, respectivamente, da lista de até cinco palavras-chave e keywords (em ordem alfabética e separadas entre si por ponto).

Corpo do Texto

O corpo do texto contempla as seguintes seções enumeradas:

1 Introdução - aporte teórico do objeto investigado, justificativa/relevância do trabalho e seu objetivo.

2 Material (is) e Método (s) - descrever todas as informações necessárias para permitir a replicabilidade por parte de outros pesquisadores. Incluem caracterização dos sujeitos da pesquisa, instrumentos utilizados, procedimentos para construção das informações/dados e das análises.

3 Resultados e Discussão – os resultados devem ser apresentados de forma breve concisa. Tabelas, figuras e imagens podem ser incluídas quando necessários para garantir a melhor

e mais efetiva compreensão dos dados, desde que não ultrapassem o número de páginas permitido no artigo. A discussão tem o objetivo de interpretar e analisar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos já existentes e disponíveis.

4 Considerações Finais – devem ser apresentadas de forma objetiva a (as) conclusão (ões) do trabalho, sem necessidade de citar as referências bibliográficas.

Referências Bibliográficas - a revista adota as normas da ABNT para apresentação das citações no texto e referências bibliográficas.

A exatidão das referências bibliográficas constantes no artigo e a correta citação no corpo do texto são de responsabilidades do(s) seu(s) autor (es).

A revista recomenda que os (as) autores (as) priorizem as referências dos últimos cinco anos, mantendo as fontes bibliográficas clássicas independentemente do ano de sua publicação. E que eles (as) realizem a conferência de todas as citações do texto e as referências listadas no final do artigo.

Agradecimentos - quando pertinentes, serão dirigidos às pessoas ou instituições que contribuíram para a elaboração do trabalho, são apresentados ao final das referências.

Autoria - deverá constar em ordem de autoria e as credenciais dos (as) autores (as).

Declaração de Transferência de Direitos Autorais

Concordo que os direitos autorais referentes ao artigo de minha (nossa) autoria, aprovado para publicação na Revista *Educação, Psicologia e Interfaces*, serão propriedade exclusiva desta revista, sendo possível sua reprodução, total ou parcial, em qualquer outro meio de divulgação, impresso ou eletrônico, desde que citada a fonte, conferindo os devidos créditos à *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*.

A *Revista Educação, Psicologia e Interfaces* não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos pelos autores sendo de total responsabilidade do autor e coautores os conteúdos, informações e declarações contidos nos artigos publicados.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.

Os autores concedem à revista todos os direitos autorais referentes aos trabalhos publicados. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores. Os autores devem garantir tanto a originalidade quanto a autoria do trabalho.